

TESE: PAISAGENS COSTEIRAS DE IPOJUCA, PERNAMBUCO: DINÂMICAS AMBIENTAIS E A PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA

Orientadora: Profa. Dra. Helena Paula de Barros Silva

Doutoranda: Jeissy Conceição Bezerra da Silva

RESUMO

Apesar do nosso planeta ser chamado de planeta Terra, sabe-se que sua superfície é composta de 71% de água. Dessa forma, fica claro que a relação da humanidade com o mar e a zona costeira acaba sendo inevitável. A Zona Costeira é uma das regiões mais habitadas e exploradas do mundo, abrigando cerca de 50% da população mundial. O Brasil é um país oceânico que possui 17 estados, 13 capitais e 443 municípios situados em regiões litorâneas, além disso, tem quase 10.000 km de linha de costa, e conta com 4,7 milhões de km² de Zona Econômica Exclusiva (ZEE). No entanto, a Zona Costeira também é uma das regiões mais vulneráveis do mundo, sendo constantemente ameaçada por processos naturais como erosão costeira, tempestades, elevação do nível do mar, entre outros. Ademais, as diferentes atividades humanas, como a urbanização, a exploração de recursos naturais e a poluição, têm causado impactos significativos na biodiversidade e na qualidade de vida das comunidades costeiras. Assim sendo, a presente pesquisa se propôs a analisar três praias do município de Ipojuca através da perspectiva da Geografia Marinha, já que essa ciência, tem muito a contribuir com importantes temas que envolvem os oceanos e para isso, abarcou os três pilares do Ensino Superior, a pesquisa, o ensino e a extensão, como versa o capítulo IV da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996. No que concerne à pesquisa, foi realizado o levantamento histórico sobre a relação da humanidade com o ambiente costeiro e como essa relação envolve vários aspectos da sociedade, como disseminação de cultura, doenças, conhecimento e disputas geopolíticas. Ainda relacionado à pesquisa, houve determinação da área não edificante, que consiste numa importante ferramenta que avalia se a zona costeira em questão está vulnerável ou não à subida do nível relativo do mar ocasionado pelas mudanças climáticas, e para isso usou-se como parâmetro os últimos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas que prevê um cenário otimista e um cenário pessimista até o ano de 2100. Para a obtenção dos dados referente à área não edificante, utilizou-se as metodologias de Bruun (1962) e DalCin e Simeoni (1994), onde foi possível concluir que em alguns trechos, independentemente dos cenários, a área de estudo pode ser bastante afetada.

Outro componente da pesquisa foi a análise dos currículos escolares no que diz respeito à promoção da Cultura Oceânica, um importante compromisso assumido pelo Brasil com instituições internacionais como a ONU e a UNESCO. Para isso, além de averiguar se três redes de ensino se adaptaram à essa temática, verificou-se a Base Nacional Comum Curricular com o intuito de identificar se tais pautas são exigidas e posteriormente foram apontadas várias possibilidades de inclusão dos conhecimentos sobre os oceanos nas vivências escolares, pois através dessa investigação, ficou concluído que apesar de algumas iniciativas produtivas, ainda se tem muito a se fazer. Por fim, foi elaborado um protocolo de avaliação rápida direcionado ao ambiente costeiro e que possa ser entendido e aplicado pela população em geral, ou seja, pessoas de variadas idades e níveis de instrução. Esse protocolo recebeu o nome de Protocolo de Avaliação Rápida de Impactos Costeiros - PARIC e foi adaptado do Protocolo de Avaliação Rápida de Rios - PAR, onde parâmetros são selecionados para indicar possíveis impactos sofridos pelo ambiente avaliado. Essa é uma metodologia que surgiu nos Estados Unidos da América na década de 1980 e foi aderida por outros países, como a Austrália, tem caráter subjetivo, mas pode ser usado de maneira complementar e é uma ferramenta muito útil para fazer a comunidade participar desse processo de monitoramento ambiental. Adotou-se as metodologias propostas pela Agência de Proteção Ambiental de Ohio (U.S. EPA, 1987), Callisto *et al*, (2002) e Radtke (2015). Após a aplicação do PARIC foi possível confirmar que ele é uma ferramenta interessante para promover a extensão da comunidade científica para a sociedade, onde a partir de algumas orientações é possível tornar um grupo de pessoas capazes de identificar atividades que impactem negativamente em determinado ambiente.

Palavras-chave: Zona costeira. Área não edificante. Cultura oceânica. Protocolo de Avaliação Rápida de Impactos Costeiros (PARIC).